

COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014. 399 p.

Carlos Roberto de Melo ALMEIDA*

O centenário do início da Primeira Guerra Mundial (1914-2014) fomentou a produção acadêmica e editorial em prol de publicações e eventos que fizessem eco à efeméride internacional. Neste contexto, o historiador francês Olivier Compagnon publicou em 2013, pela Librairie Arthème Fayard, o seu *L'Adieu à L'Europe: L'Amérique latine et la Grande Guerre*. A tradução de Carlos Nougué para o Brasil foi publicada pela Editora Rocco no ano seguinte, cujo título provém *ipsis litteris* do original francês. No bojo da virada cultural dos estudos acerca da Primeira Guerra, a obra analisa o impacto do conflito sobre a América Latina em relação à representação da Europa enquanto paradigma de modernidade.

O prefácio, escrito por Maria Helena Rolim Capelato, tece comentários acerca dos capítulos por meio dos quais a obra foi dividida. Capelato destaca, além da contribuição do autor para o estudo da América Latina no cenário francês, sua incursão na história comparada e transnacional por meio da presente obra, na qual a análise é efetuada através de histórias conectadas. A multiplicidade das fontes utilizadas pelo autor, igualmente, são colocadas em evidência:

[...] são apresentadas ao leitor manifestações sobre a guerra expressas em canções, poemas, literatura de cordel, letras de tango, jogos de guerra para crianças, dados sobre as doações à Cruz Vermelha Francesa, pedidos de alistamento de voluntários (COMPAGNON, 2014, p. 08).

Por sua vez, tal pluralidade das fontes evidencia, diz o próprio autor, o descompasso entre a produção historiográfica acerca da Primeira Guerra na América Latina e a sua importância na história do continente no século XX.

A unidade da obra, expressa na introdução, se dá em torno da questão de qual o impacto da Primeira Guerra Mundial no continente latino-americano. Para responder a este problema, o autor se debruçou sobre as fontes disponíveis acerca da Primeira Guerra na Argentina e no Brasil por tratar-se de países onde a contribuição intelectual

* Mestrando em História – Programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Campus de Assis, São Paulo, Brasil. Bolsista FAPESP. E-mail: almeidacrm@hotmail.com.

foi substancial no período pré-1914, de modo a possibilitar a reunião de um corpo volumoso de fontes. Além disso, a semelhança entre ambos, bem como suas respectivas diferenças, permitem certo grau de distanciamento e proximidade que possibilita uma abordagem comparada. A estrutura da obra está dividida, por sua vez, em três grandes partes, concatenadas entre si com coerência. O autor discorre a respeito da neutralidade inicial dos países da América Latina, tema da primeira parte do livro, prosseguindo para os eventos que contribuíram para uma efetiva tomada de posição por parte da Argentina e do Brasil, sobretudo a partir do ano de 1917. A segunda parte, ponto forte do livro, analisa o impacto da Primeira Guerra Mundial na Europa enquanto conflito armado, bem como a cisão operada pelo conflito na mentalidade dos seus contemporâneos. A terceira parte, por fim, trata das conseqüências da Guerra para a Europa e o seu desenvolvimento no continente latino-americano nos acontecimentos políticos e culturais das duas décadas seguintes.

Conforme foi dito, a primeira parte da obra, *Da Guerra europeia à Guerra americana*, subdividida em três capítulos, discorre a respeito da posição neutra da América Latina, característica dos meses iniciais do conflito. Como não se trata de períodos estanques, o autor procura desvendar, ainda no período de declarada neutralidade, posições em favor de um dos lados da conflagração. Compagnon investiga, nesta primeira parte do livro, não apenas as declarações de neutralidade, mas as razões para esta posição política. Dessa forma, as dependências econômicas para com as nações de ambos os blocos em conflito – Alemanha e Inglaterra, sobretudo – são apresentadas como razão principal para sustentar uma posição neutra diante das declarações de guerra entre as nações do Velho Continente:

Considerando a extrema dependência das economias latino-americanas perante a Europa, não surpreende que réplicas do tremor de terra de agosto de 1914 sejam precocemente sentidas e que a neutralidade se mostre o melhor caminho possível para o restabelecimento do *status quo ante*. (COMPAGNON, 2014, p. 55)

Outra razão, igualmente importante, encontra-se na questão dos imigrantes europeus presentes no Brasil e na Argentina. Diante do problema dos imigrantes, as declarações de neutralidade agiam como apoio para evitar uma eventual crise identitária da nação, o que não impediu, contudo, que intelectuais se posicionassem por meio da imprensa.¹ Para tratar deste problema, o autor dedica parte do capítulo ao que ele chama

de *neutralidade ativa*. Para Compagnon, este posicionamento constitui “uma primeira etapa no duplo processo de mobilização das sociedades e de nacionalização do conflito.” (COMPAGNON, 2014, p.65).

Ainda na primeira parte, o capítulo 2 pretende verticalizar o tema já introduzido pelo capítulo anterior. Em *A mobilização das opiniões*, dividido em quatro pontos, o autor trata do posicionamento de influentes intelectuais brasileiros e argentinos em torno da Primeira Guerra: “(...), os intelectuais cumprem então um papel de primeiro plano na cristalização e na difusão de representações de uma guerra que abrasa o que eles então consideram como o coração do mundo civilizado” (COMPAGNON, 2014, p. 67). Entre os intelectuais citados encontra-se com destaque o diretor d’*O Estado de S. Paulo*, Júlio Mesquita, o qual produziu artigos de opinião desde a primeira semana do conflito em uma seção semanal do jornal, *O Boletim Semanal da Guerra*. Como Júlio Mesquita, outros intelectuais brasileiros e argentinos passaram a advogar ao lado dos Aliados em seus órgãos de imprensa, não obstante a posição neutra dos respectivos governos.² Ao investigar as razões para a aliadofilia majoritária da imprensa, Compagnon aponta a parceria econômica da Grã-Bretanha para com os países latino-americanos e o papel dominante das agências de notícias francesas e inglesas, sobretudo a Havas e a Reuters, as quais se constituíam fontes privilegiadas acerca do desenrolar da conflagração na Europa. Ao mesmo tempo, e apesar das razões de caráter econômico e social, o autor aponta o afrancesamento das elites como a principal matriz para a aliadofilia da América Latina: a França é tida, ainda, como o “farol brilhante do mundo latino” (COMPAGNON, 2014, p. 85), motivo pelo qual posicionar-se ao lado de Paris e de seus aliados equivale, para os homens de letras, a se posicionar pela chamada civilização ocidental identificada com os princípios de 1789. A adesão dos intelectuais foi, assim, “a primeira porta de entrada da América Latina na Primeira Guerra Mundial.” (COMPAGNON, 2014, p. 108)

Ao finalizar a primeira parte do livro, o historiador trata das conseqüências econômicas que expandem a Guerra para além das fronteiras do Velho Mundo. Para este fim, Compagnon trata da tendência inflacionária global que atinge diversas nações a partir de 1915, o que provoca protestos e põem em causa a atitude dos governos em face do conflito. Para embasar suas conclusões, apresenta gráficos a respeito do comércio exterior latino-americano entre 1913 e 1917, bem como dados acerca das exportações e importações argentinas e brasileiras entre os anos de 1913 e 1919, a partir

dos quais afirma que “o Brasil conheceu uma situação nitidamente mais precária que a da Argentina”, em razão das suas exportações serem baseadas no café em mais de dois terços (COMPAGNON, 2014, p. 129). “Neste sentido”, conclui, “a guerra não pode ser considerada uma era de prosperidade para o Brasil e este dado parece fundamental para explicar o progressivo questionamento da neutralidade ao longo de 1917.” (COMPAGNON, 2014, p.131). Ao finalizar esta primeira parte, o autor destaca a importância do ano de 1917 para a inserção da América Latina na Grande Guerra, no qual conflui a adesão dos intelectuais, de um lado, e a crise econômica provocada pelo conflito, de outro:

À mobilização dos intelectuais e das comunidades de origem estrangeira logo ao final de 1914 segue-se um período em que as sociedades são atingidas em sua totalidade pelas conseqüências econômicas do conflito. Na primeira metade de 1917, dois elementos decisivos contribuíram para pôr em causa a neutralidade dos Estados que até então apenas vozes isoladas – como a de Rui Barbosa no Brasil – tinham realmente criticado: a guerra submarina e a entrada dos Estados Unidos no conflito em 4 de abril de 1917. (COMPAGNON, 2014, p. 138).

Em razão, contudo, do agravamento da crise no Brasil, a pressão pela entrada efetiva na conflagração é maior em relação à Argentina. Ao tratar detalhadamente do processo de entrada do Brasil no conflito, em outubro daquele ano, o autor destaca que a Argentina procurou manter a posição neutralista na América Latina, apesar do ingresso dos Estados Unidos. Embora não tenha rompido suas relações com Berlim, Buenos Aires aceitou uma “neutralidade benevolente”, por meio de um tratado entre a Argentina, a França e a Grã-Bretanha em janeiro de 1918, o qual, diz Compagnon, “prevê a venda de 2,5 milhões de toneladas de cereais” em compensação dos quais “a Argentina receberia carvão francês e britânico para uso interno” (COMPAGNON, 2014, p. 148). Novamente, o autor soma à causa econômica razões de natureza política e cultural: as diferentes reações dos dois países latino-americanos diante da guerra submarina empreendida pela Alemanha em 1917 encontram-se na disputa pela hegemonia regional empreendida por ambos, para a qual a Guerra se constituiu momento privilegiado.

A segunda parte do livro, *A Europa bárbara*, é dividida em dois capítulos, *Os horrores da guerra* e *Noturno europeu*, que tratam do recrudescimento inaudito da violência de guerra ao longo dos anos 1914-1918, os quais puseram à prova

representações da Europa enquanto modelo civilizacional para os países da América Latina. Compagnon destaca a percepção, por parte dos intelectuais e das elites da América Latina, da amplitude inédita do conflito e das novas formas de ataque que ele gera, produzindo uma imagem de uma Europa semi-destruída. Ao percorrer inúmeras fontes, Compagnon destaca o sentimento de decadência do Ocidente e esvaziamento do significado cultural da Europa para as elites latino-americanas, os quais dão margem para o sentimento de uma nova era. Sintomático neste sentido, o escritor católico Alceu Amoroso Lima, citado pelo autor, é enfático ao afirmar que a Primeira Guerra Mundial “permanece a grande ruptura temporal iniciadora de nossa vida; [há] um antes e um depois de 1914” (COMPAGNON, 2014, p. 209). Neste bojo, ao final da Guerra, e em razão do não envolvimento direto dos países latino-americanos na carnificina, o continente se constitui como um dos únicos lugares do globo a manter a paz durante dos anos de 1914 e 1918,

e parece assim trazer a auréola de uma virtude duplamente fundadora: a de encarnar em escala internacional este pacificismo quase ontológico ao qual não pode pretender Washington, (...) e a de tirar proveito no plano nacional do fato de ter sabido agir sensatamente diante da agonia da civilização européia. (COMPAGNON, 2014, p. 220-221)

Este capítulo constitui a parte central da tese de Olivier Compagnon, no qual se chega ao termo de seu raciocínio: os anos de 1914-1918 constituem um giro nas relações entre a Europa e a América Latina, que procurará novos modelos de modernidade a partir de então. Desse modo,

a cristalização nacionalista que caracteriza o entreguerras na América Latina, tanto no campo político quanto em termos culturais, não poderia estar compreendida fora desta genealogia que erige os anos 1914-1918 em momento de inflexão fundamental ao longo dos séculos XIX e XX. (COMPAGNON, 2014, p. 238).

Na terceira e última parte do livro, *A Grande Guerra, a Nação, a Identidade* dividida em dois capítulos, as considerações já tecidas no final do capítulo anterior são aprofundadas por meio de exemplos dos anos 1920-1930 na Argentina e no Brasil. No primeiro capítulo, *A cristalização política da nação*, o autor considera que, apesar de diferenças evidentes, é possível perceber em ambos os países que, durante o entreguerras, a nação aparece como a matriz principal das atividades políticas, motivo

pelo qual a ascensão ao poder de José F. Uriburu na Argentina e de Getúlio Vargas no Brasil são apresentados como exemplos que corroboram esta afirmação. O impacto da Grande Guerra, no entanto, não se dá apenas nos termos da política: a cultura também se ressentiu do ocaso da Europa enquanto modelo universal de modernidade. Dessa forma, o modernismo no Brasil e a fundação de periódicos impressos que propunham repensar a nação são sintomáticos.³ A conclusão do autor é de que a Grande Guerra, ao constituir-se como a imagem do “suicídio da Europa”, favoreceu a construção nacional dos países da América Latina, a qual, sem perder de todo as referências à Europa, a partir de então – e, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial (1938-1945) – também produzirá os seus próprios modelos.

Ao longo de suas 399 páginas, o autor expõe de maneira instigante o impacto, deste lado do globo, do terremoto que se operou na Europa a partir da crise de julho de 1914. O uso das fontes, com extensas notas ao final dos capítulos, bem como o olhar voltado não apenas para as questões econômicas e militares do conflito conferem à obra de Olivier Compagnon lugar de destaque na historiografia recente acerca da Primeira Guerra. Apesar de problemático em alguns pontos, sobretudo na intenção de erigir a Primeira Guerra Mundial como matriz principal das mudanças político-culturais operadas na história do século XX latino-americano, o livro possui o mérito de, além de propor debates, conferir cidadania à América Latina na historiografia da Grande Guerra, extraindo-lhe a conotação de Guerra *européia* ao enfatizar o seu caráter essencialmente global. Após a leitura de *O Adeus à Europa*, não podemos pensar a Guerra de 1914 como um tema marginal à nossa própria história.

Notas

¹ Nesse sentido, o jornal argentino *La Nación*, bem como o brasileiro *O Estado de S. Paulo* são frequentemente citados como apoio para as afirmações do autor ao decorrer de todo o livro.

² Contudo, o autor destaca que, enquanto para o Brasil a posição ao lado dos Aliados se seguiu já nas primeiras semanas de agosto de 1914, na Argentina a mobilização permaneceu nebulosa até 1917. Nesse sentido, Compagnon sublima para o caso brasileiro a criação da Liga Brasileira pelos Aliados (LBA) já em março de 1915, isto é, sete meses após o início da Primeira Guerra Mundial (COMPAGNON, 2014, p. 76).

³ No final do capítulo, em *Passar a nação em revista*, Olivier Compagnon faz uma longa análise da *Revista do Brasil*, fundada por Júlio Mesquita em 1916 com a proposta de repensar o país.